

“Quando o bispo e o padre assumem essas causas do povo, estão agindo em nome de Jesus Cristo”: reflexões de Dom Adriano Hypólito sobre a ditadura militar e a Baixada Fluminense no jornal Correio da Lavoura (1982-1985)¹

Jean Rodrigues Sales²

Alexander de Souza Gomes³

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre⁴

Resumo: O artigo tem como objetivo problematizar as reflexões de Dom Adriano Mandarino Hypólito sobre a Baixada Fluminense e a Ditadura Civil-militar. O texto destaca um aspecto marcante e pouco estudado nas pesquisas sobre o período: a atuação de atores políticos nas periferias das grandes metrópoles. No caso específico, parte-se da intervenção de um bispo progressista da Igreja Católica, que atuou numa cidade pobre e marginalizada do estado do Rio de Janeiro, chegando, por isso, a ser sequestrado por setores militares em 1976. Na primeira metade dos anos 1980, o bispo ocupou uma coluna semanal do jornal Correio da Lavoura, veículo centenário da cidade de Nova Iguaçu, onde analisava temas relativos à Igreja e à sociedade. A hipótese central do texto é a de que as reflexões feitas por Dom Adriano podem servir como estudo de caso para compreensão do pensamento e ação de setores progressistas tanto na Baixada Fluminense quanto em outros territórios periféricos brasileiros no período final do regime civil-militar.

Palavras-Chave: Dom Adriano Mandarino Hypólito; Baixada Fluminense; Ditadura Civil-Militar; Política; Imprensa.

¹Este estudo foi financiado pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), Processo SEI-260003/015880/2021.

²Professor Associado da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Doutorado em História na UNICAMP. E-mail: jeansales@ufrj.br.

³Doutor em História pela UFRRJ (2022). Professor da Prefeitura de Niterói (FME) e do Rio de Janeiro (SME). E-mail: alexanderszomes@gmail.com.

⁴Doutora em História pelo CPDOC/FGV. Atualmente é professora substituta no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba (CAP-UFPB). E-mail: marialuciabsa@gmail.com

“When the bishop and the priest take up these causes of the people, they are acting in the name of Jesus Christ”: reflections by Dom Adriano Hypólito on the military dictatorship and Baixada Fluminense in the newspaper Correio da Lavoura (1982-1985)

Abstract: The article aims to problematize Dom Adriano Hypólito's reflections on Baixada Fluminense and the Civil-military dictatorship. The text highlights a striking and little-studied aspect in research on the period: the actions of political actors on the outskirts of large metropolises. In the specific case, it starts with the intervention of a progressive bishop of the Catholic Church, who worked in a poor and marginalized city in the state of Rio de Janeiro and was therefore kidnapped by military sectors in 1976. In the first half of the 1980, the bishop occupied a weekly column in the newspaper Correio da Lavoura, a century-old publication in the city of Nova Iguaçu, where he analyzed topics relating to the Church and society. The central hypothesis of the text is that the reflections made by Dom Adriano can serve as a case study to understand the thinking and action of progressive sectors both in Baixada Fluminense and in other peripheral Brazilian territories in the final period of the military regime.

Key-words: Dom Adriano Mandarino; Hypólito; Baixada Fluminense; Civil-military dictatorship; Policy; Press.

“Cuando el obispo y el sacerdote asumen estas causas del pueblo, actúan en nombre de Jesucristo”: reflexiones de Dom Adriano Hypólito sobre la dictadura militar y la Baixada Fluminense en el periódico Correio da Lavoura (1982-1985)

Resumen: El artículo tiene como objetivo problematizar las reflexiones de Dom Adriano Hypólito sobre la Baixada Fluminense y la Dictadura cívico-militar. El texto destaca un aspecto llamativo y poco estudiado en las investigaciones sobre el período: las acciones de los actores políticos en las afueras de las grandes metrópolis. En el caso concreto, comienza con la intervención de un obispo progresista de la Iglesia Católica, que trabajaba en una ciudad pobre y marginada del estado de Río de Janeiro, y por ello fue secuestrado por sectores militares en 1976. En el primer semestre de En 1980, el obispo ocupó una columna semanal en el diario Correio da Lavoura, publicación centenaria de la ciudad de Nova Iguaçu, donde analizaba temas relacionados con la Iglesia y la sociedad. La hipótesis central del texto es que las reflexiones realizadas por Dom Adriano pueden servir como estudio de caso para comprender el pensamiento y la acción de sectores progresistas tanto en la Baixada Fluminense como en otros territorios periféricos brasileños en el período final del régimen cívico-militar.

Palabras Clave: Dom Adriano Mandarino; Hipólito; Baixada Fluminense; Dictadura cívico-militar; Política; Prensa.

Recebido em 23/02/2024- Aprovado em 03/04/2024

Introdução

Dom Adriano Mandarino Hypólito⁵ foi um bispo católico que atuou em Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1966 e 1995. Ele foi o terceiro bispo diocesano e seu mandato atravessou praticamente todo o período ditatorial. Além disso, enquanto esteve à frente da diocese ganhou destaque sua atuação em defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência policial e das mazelas econômicas e sociais que até hoje marcam essa região do estado do Rio de Janeiro⁶. Suas ações, por sua vez, não passaram despercebidas pelo regime militar⁷, o que pode ser verificado tanto pelo sequestro que sofreu em 1976 e pelo explosivo colocado no altar da igreja matriz em 1978 (GOMES, 2017) quanto pela ampla documentação dos órgãos de repressão política, que podemos encontrar nos acervos da repressão política disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e no Arquivo Nacional (AN)⁸.

A Baixada Fluminense⁹ atraía a atenção do aparato repressivo por diversos motivos: a tradição de lutas sociais na região, com potencial para reunir grupos e militantes opositores ao regime; a crescente presença de movimentos políticos a partir do

⁵ Há diversos estudos sobre as ações pastorais e políticas de Dom Adriano. Ver, entre outros: Figueiredo Assis; Assis (2011), Mainwaring (1984), Grynszpan (1987) e Gomes (2017; 2022).

⁶ No momento de sua criação, a Diocese de Nova Iguaçu abrangia os Municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nilópolis, Nova Iguaçu (sede), Paracambi, São João de Meriti e o distrito de Conrado (Vassouras). A partir de 1980, passou a abranger Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu (sede), Nilópolis, Paracambi, Queimados e o distrito de Conrado, em Miguel Pereira.

⁷ Há diversos estudos sobre a atuação de bispos progressistas e a repressão que sobre eles se abateu. Ver, entre outros, Gomes (2014) e Serbin (2001).

⁸ A título de exemplo, ver: Serviço Nacional de Informação. Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu/RJ. 1978. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_78003649_d0001de0001 (Arquivo Nacional). Acesso: 21/11/2023. E, no APERJ, ver: Prontuário Dom Adriano Hypólito. Número 6199. GB. Caixa 2225 (APERJ).

⁹ Nos atuais estudos sobre essa região, há uma discussão sobre a definição do conceito de Baixada Fluminense em seu sentido geomorfológico ou histórico e social. Para os objetivos deste artigo, acompanhamos os autores que entendem a Baixada Fluminense, historicamente, a partir do desmembramento e modificações territoriais dos antigos município de Iguassu (SILVA, 2013); e aqueles autores que entendem este território a partir de representações políticas, sociais e simbólicas, desenvolvidas no decorrer da segunda metade do século XX e marcantes na região até nossos dias, como a pobreza, o racismo e a exclusão social (ENNE, 2002; 2013) (ROCHA, 2013). Ainda sobre este debate conceitual, ver BARRETO (2009), SIMÕES (2007; 2012), ROCHA (2009) e OLIVEIRA (2004).

final dos anos 1970; e, nos momentos finais da ditadura militar, a dimensão de seu colégio eleitoral, o qual desempenharia papel importante nos resultados eleitorais do estado do Rio de Janeiro (RIBEIRO, A. M.; RIBEIRO, F. A, 2015).

No que diz respeito à tradição de luta, destacam-se os movimentos que existiam desde os anos 1940, com destaque para as localidades de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e Xerém, em Duque de Caxias¹⁰. Nessas ações, além dos próprios trabalhadores e lideranças locais, havia a presença de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que aumentava ainda mais a preocupação da polícia e da elite local. Outros movimentos importantes foram aqueles envolvendo indústrias têxteis na região e a atuação sindical na Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Duque de Caxias, na primeira metade dos anos 1960 (RAMALHO, 1989). Em 1961, no ambiente de radicalização das lutas sociais no país, os operários da FNM organizaram uma inédita greve na empresa estatal. Nesse mesmo ano foi inaugurada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), aumentando ainda mais a concentração de trabalhadores e de atividades sindicais na cidade (SOUZA, 2002; RAMALHO, 1989).

As características acima mencionadas da tradição de lutas anteriores e concentração de atividades políticas e sindicais no início dos anos 1960 ajudam a explicar os motivos que levaram as tropas militares lideradas pelo general Mourão, na marcha golpista do 31 de março, saindo de Minas Gerais e a caminho do Rio de Janeiro, a ocupar a Fábrica Nacional de Motores e iniciar dura repressão contra os seus trabalhadores. Do mesmo modo, esclarecem porque sindicalistas tenham sido presos e espancados nas dependências da REDUC imediatamente após a tomada de poder pelos militares. Em 1971, em continuidade ao processo repressivo e de controle na região, a cidade de Duque de Caxias foi transformada em Área de Segurança Nacional, sendo administrada diretamente por militares até 1985¹¹.

¹⁰ A Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Possesores de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, foi fundada por Bráulio Rodrigues em 1948, constando como a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense. Em 1949, José Pureza organizou a criação de uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). Em Xerém, desde os anos 1950 aconteceram diversos conflitos fundiários, envolvendo, inclusive, as terras da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias (MEDEIRO, 2018; BASTOS, 2022).

¹¹ A repressão aos trabalhadores da REDUC e da FNM nos primeiros dias após o golpe civil-militar está sendo investigada em uma pesquisa em andamento por Jean Sales, que utiliza como fonte os processos de indenização apresentados à Comissão Especial de Reparação do estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. A política de reparação foi criada pela lei n. 3.744, de 21 de dezembro de 2001, e o decreto n. 31.995, de 10 de outubro de 2002. Estava prevista a indenização para pessoas que foram vítimas de violação grave

A região sofreu um intenso crescimento demográfico na segunda metade do século XX, ao mesmo tempo em que passou por mudanças na ocupação do solo e na produção econômica. De um local marcado pela produção agrícola até meados dos anos 1950, a Baixada Fluminense conheceu a partir de então o declínio da agricultura enquanto ramo econômico relevante, com destaque para a crise da citricultura e o crescimento paulatino de algumas indústrias de pequeno e médio porte. As cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias ocupam lugares de destaque no que diz respeito aos aspectos populacionais e econômicos da região (GEIGER; SANTOS, 1954; PEREIRA, 1977; RODRIGUES, 2006; SOARES, 1962; SOUZA, 1992 e GOMES, 2022).

No que diz respeito ao tamanho do colégio eleitoral, nos pleitos de 1972, 74 e 76 podemos verificar que, entre os maiores do país, o município de Nova Iguaçu ocupava a 8ª colocação, sendo a primeira cidade entre as que não eram capital de estado; e Duque de Caxias estava em 11º lugar (Os Grandes..., 1976). É ainda sintomático da importância dos votos da região no quadro eleitoral fluminense que em 1974 deputados arenistas chegassem a propor, durante as discussões que culminaram no estabelecimento legal da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a criação de uma superintendência para o desenvolvimento da Baixada Fluminense. Nessa proposta estava claro o interesse no desempenho dos deputados em futuros pleitos eleitorais (Baixada..., 1970).

No início dos anos 1980, já no chamado processo de redemocratização, a região foi marcada principalmente pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) em Nova Iguaçu, posteriormente articulado com grupos congêneres em cidades vizinhas. Essas experiências estão diretamente ligadas à formação de uma base social militante em partidos de esquerda na Baixada Fluminense, como o Partido dos Trabalhadores (PT), nas décadas de 1980 e 90, e, particularmente, a presença do brizolismo nos primeiros anos da Nova República (CANTALEJO, 2008; SILVA, 2004; PINHEIRO JUNIOR, 2007; SÓTENOS, 2013; SALES; FORTES, 2022).

Foi nesse contexto de distensão, em uma região marcada por alto grau de pobreza e violência, que Dom Adriano Hypólito usaria as páginas do jornal *Correio da Lavoura*, um dos periódicos de maior longevidade do país, fundado em 1917 na cidade de Nova Iguaçu e em circulação até o presente, para tratar de temas eclesiais, políticos e sociais.

Para os objetivos deste artigo, discutiremos as questões relacionadas à situação econômica, política e social da região e do país nos últimos anos do regime civil-militar. A hipótese central é a de que nas páginas do jornal, a partir de sua longa trajetória de

de Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1º de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979. Resultados dessa pesquisa podem ser vistos em Sales, J. R. *et al.*, 2019.

embates de Dom Adriano com a ditadura, as reflexões do bispo podem servir para a compreensão da história da Baixada Fluminense e do país nos últimos anos do regime ditatorial. Ao mesmo tempo, suas intervenções representam as ações de setores progressistas da igreja católica naquela conjuntura em que uniam uma opção litúrgica pelos pobres e oposição ao regime ditatorial¹².

O texto está dividido em duas partes. Na primeira delas fazemos uma breve apresentação da trajetória pessoal e intelectual de Dom Adriano na diocese de Nova Iguaçu, destacando suas ações e reflexões políticas, bem como as perseguições que sofreu por causa de seu posicionamento em defesa dos Direitos Humanos, de críticas ao regime ditatorial e denúncia das gritantes desigualdades econômicas e sociais da Baixada Fluminense. A segunda parte se inicia com uma breve problematização sobre a relação do bispo com o uso da imprensa, considerando que além da coluna escrita no jornal *Correio da Lavoura*, ele tem uma trajetória marcada pelo uso dos periódicos eclesiais como instrumentos políticos. Em seguida, analisamos a coluna “Nossa Diocese”, publicada no *Correio da Lavoura*, destacando as reflexões sobre a política da Baixada Fluminense e do Brasil na primeira metade dos anos 1980.

A diocese de Nova Iguaçu e a atuação de Dom Adriano Hypólito

O processo para a criação da diocese de Nova Iguaçu se iniciou em 1953, por meio de entendimentos entre o segundo bispo de Barra do Pirai, Dom José André Coimbra, que atuou no período de julho de 1963 a julho de 1966, junto à Nunciatura Apostólica, entidade eclesial que exerce a função de representante diplomática do Estado do Vaticano junto ao governo brasileiro. A ideia nasceu a partir da preocupação das autoridades eclesásticas em acompanhar o crescente contingente populacional da Baixada Fluminense (GOMES, 2017), cujo censo demográfico de 1950 revelava que Nova Iguaçu contava com 146.110 do total de 2.326.201 habitantes no estado do Rio de Janeiro. (IBGE, 1950, p. 37).

¹² Neste artigo, não temos a pretensão de fazer uma análise biográfica da trajetória do bispo, mas apenas traçar um breve quadro para compreender sua atuação através da imprensa no período em tela. De todo modo, ainda que de forma circunscrita, o estudo de sua trajetória ajuda na compreensão desse período histórico na Baixada Fluminense e no Brasil. Sobre algumas das implicações e perspectivas dos estudos biográficos, ver Avelar (2010).

A inauguração da diocese ocorreu em 26 de março de 1960 pela bula *Quandoquidem Verbis*¹³, do papa João XXIII, tendo como primeiro bispo diocesano Dom Walmor Battú Wichrowski (1960-1961); em seguida, Dom Honorato Piazero (1961-1966) e, como terceiro bispo, Dom Adriano Mandarino Hypólito (1966-1995). Dom Adriano assumiu a diocese de Nova Iguaçu em 1966, dois anos após a instauração do regime militar. Desde o início de seu bispado, apresentou uma perspectiva pastoral que procurava dar respostas aos problemas sociais na Baixada Fluminense, tendo um trabalho preferencial junto aos pobres. Sobre a sua posse, afirmou que:

Foi Paulo VI quem me chamou para Nova Iguaçu, para a Baixada Fluminense, para esta paisagem humana com a qual me identifiquei, na qual sinto o peso dos imensos problemas humanos, mas ao mesmo tempo a força transformadora da graça divina (HYPÓLITO, 1978, p.1).

O trabalho pastoral defendido por Dom Adriano encontra-se alicerçado na Conferência Episcopal Ecumênica da Igreja Católica – Vaticano II (1961-1965), que ocorreu no papado de João XXIII. Concílio esse que abriu margem para discussões sobre a realidade social na América Latina¹⁴, influenciando as posteriores conferências episcopais em Medellín, na Colômbia (1968), e em Puebla, no México (1979), onde se afirmaria não ser possível pregar a palavra de Deus num contexto de miséria social. No Brasil, o apoio concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) às pastorais sociais da Igreja, num momento em que a virulência do regime militar recrudescia, também contribuiu para redimensionar o trabalho pastoral das dioceses, cujos posicionamentos e reflexões adquiriram conotação política, com clara opção consciente pelos pobres.

¹³ A bula é um documento pontifício, selado com o timbre do Papa, relativo a temas de fé ou de interesse geral, referentes a assuntos judiciais ou administrativos da Igreja, religioso ou político, expedido pela Chancelaria Apostólica.

¹⁴ Como destaca o Cientista social Luiz Alberto Gómez de Souza que “As Igrejas latino-americanas, no caso especial da Igreja Católica, no período que vai da reunião dos bispos em Medellín (1968) à de Puebla (1979), tiveram uma incidência profunda na sociedade. Se, no tempo anterior, de Pio X a Pio XII, elas estavam na defensiva, nesta nova situação histórica passarão a ter uma influência marcante na sociedade. E isso se dá em momentos políticos difíceis, com golpes militares no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Talvez isso ocorra até em reação com esse enrijecimento da sociedade, quando passaram a ser ‘a voz dos sem voz’ em momentos difíceis” (GÓMEZ DE SOUZA, 2014).

A Igreja Católica nunca foi um bloco monolítico, o que explica que a Teologia da Libertação tenha sido rechaçada pela alta hierarquia da Igreja, especialmente a partir do papado de João Paulo II (Karol Jozef Wojtyła), que se iniciou em 22 de outubro de 1978, data da celebração de sua primeira missa, na praça de S. Pedro (BERNSTEIN; POLITI, 1996). É o início da centralização romana que buscou intervir, através de advertências, sobre qualquer teologia que buscasse explicação para as questões sociais pautadas pelo materialismo histórico. João Paulo II escreveu duas instruções: Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação (1984) e Instrução sobre a Liberdade Cristã e Libertação (1986). Ambas as instruções advertem teólogos, padres e bispos sobre a Teologia da Liberdade, impondo que a concepção de liberdade deve se circunscrever a uma dimensão soteriológica (relacionada à doutrina da salvação humana) e determinando que a sua dimensão ética e política não pode subverter a verdadeira liberdade cristã.

A pastoral de Dom Adriano, no contexto sociopolítico da Baixada Fluminense, seguia a linha de crítica ao sistema econômico que excluía a maior parte da população de condições mínimas de sobrevivência, afirmando a importância da participação popular e das liberdades democráticas. No final dos anos 1970, o bispo comentou algumas das contradições de Igreja Católica e explicitou suas próprias perspectivas religiosas e políticas:

A Igreja tem de ser política na sua atuação pastoral, pois se ocupa com a dimensão comunitária das pessoas. Não pode deixar de ser assim. O espiritual, que preocupa a Igreja, é sempre um espiritual encarnado na realidade concreta da pessoa humana e da comunidade. Não existe espiritual abstrato, aéreo, assim como não existe criatura humana que não seja ligada às dimensões de tempo e de espaço. A sorte eterna de Pedro me preocupa tanto como o salário de Pedro, como a doença de Pedro, como o sofrimento de Pedro, como a alegria de Pedro, como a família de Pedro. A pessoa humana é uma unidade no tempo e na eternidade. Daí a impossibilidade de pretender-se uma pastoral exclusivamente espiritual (HYPÓLITO, 1978, p. 3).

Na prática, o trabalho de Dom Adriano se mostrou com mais força através da criação da Escola de Líderes e nas atuações da Pastoral da Terra e da Comissão de Justiça e Paz. No primeiro caso, por iniciativa do bispo, foi criado um espaço para a formação política e religiosa de lideranças leigas de movimentos sociais da região, tendo

desempenhado importante papel nas lutas políticas da Baixada Fluminense no final dos anos 1970, como no caso do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) (SÓTENOS, 2011; SILVA, 2004).

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz foi criada por Dom Adriano em 12 de fevereiro de 1978, tendo seu lançamento oficial durante a missa de abertura da Campanha da Fraternidade deste ano. A comissão nasceu com a finalidade de defender os Direitos Humanos à luz da fé, e atuaria na mediação dos conflitos de terra em Nova Iguaçu, dando respaldo jurídico aos trabalhadores rurais e urbanos contra a escalada da violência desencadeada pelas ordens de despejo, destruição de casas e plantações por parte de grileiros e, até mesmo, assassinatos de seus líderes (GOMES, 2022).

Nesse período, Dom Adriano avaliava que a injustiça no campo era um verdadeiro aviltamento dos trabalhadores rurais que dependiam da terra para sobreviver. Por isso, a diocese se colocava em defesa dos seus direitos, em denúncia de aberrações econômicas, políticas ou jurídicas e na luta pela democracia, pois estas seriam respostas que partiam de elementos indissociáveis dos aspectos morais, religiosos e sociais (A Folha, ano 8, n. 415, 30 de março de 1980, p. 3; Boletim Diocesano, n. 161, 1.º de junho de 1982; p. 3; A Folha, ano 6, n. 302, 26 de fevereiro de 1978, p. 4).

A atuação crítica de Dom Adriano atraiu o olhar e a repressão do regime ditatorial, bem como a oposição da elite local e de religiosos da diocese de Nova Iguaçu, que viam com preocupação a presença do chamado “bispo comunista” na região¹⁵. As consequências de suas ações não tardariam a ocorrer. Além de diversas ameaças recebidas por carta ou telefone, a primeira grave consequência ocorreu no dia 22 de setembro de 1976, quando o bispo foi sequestrado por setores do regime militar, tendo sido deixado nu e com o corpo pintado em vermelho em um matagal na região de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, seu carro foi levado até as vizinhanças da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no bairro da Glória, e destruído por uma bomba (GOMES, 2017).

Em maio de 1977, demonstrando a preocupação do aparato repressivo com as ações do bispo, ocorreu a falsificação do periódico litúrgico *A Folha*, num Domingo de Pentecostes, após Dom Adriano ter sido escolhido como um dos representantes do episcopado brasileiro no Sínodo dos Bispos sobre Catequese. No mês seguinte, em 19 de junho, por determinação do comandante do 1.º Exército, ocorreu também a proibição de

¹⁵ No artigo “Guerra do Riachão”: conflito religioso e disputa política na diocese de Nova Iguaçu” (1982), Adriana Serafim discute algumas das discordâncias de setores da igreja local em relação a Dom Adriano Hypólito (SERAFIM, 2016).

um evento que promoveria debates sobre Direitos Humanos para organização da Comissão Diocesana de Justiça e Paz (GOMES, 2022).

Outras inúmeras ameaças foram endereçadas ao bispo após ele ter sido eleito como um dos delegados para a Conferência Latino-Americana de Puebla pela assembleia da CNBB, em abril de 1978 (AMBROZINO, 2007). Em novembro de 1979 ainda ocorreram pichações das igrejas locais, acusando o bispo de comunista, até que, em 20 de dezembro de 1979, uma bomba explodiu no interior da Catedral Santo Antônio de Jacutinga, danificando paredes, o sacrário e os cibórios.

O próprio bispo se pronunciou sobre a escalada da violência sofrida por ele e pela diocese:

Os fatos de novembro/dezembro foram mais um capítulo na escalada de ódio e terror que começou ostensivamente em setembro de 1976, com o meu sequestro. Na noite de 8 para 9 de novembro foram pichadas as paredes externas da Catedral e a mureta gradeada que cerca o terreno da igreja de Santo Antônio da Prata. As pichações queriam atingir o bispo diocesano e, no bispo, a linha pastoral da diocese. Acusações de comunista e obscenidades. Calúnia de as igrejas serem sede do Partido Comunista. Na noite de 8 para 9 de dezembro repetiram-se as mesmas pichações, com mais intensidade e prolixidade, nas paredes da igreja de Santa Rita, de Cruzeiro do Sul (bairro de Nova Iguaçu). Sempre as mesmas acusações e calúnias. Já um pouco antes de novembro alguns jornais atacavam frequentemente o bispo e a pastoral. Também na câmara dos vereadores sucediam de vez em quando as hostilidades por parte de alguns edis. Denunciava-se sobretudo o que chamavam de intromissão política do bispo e da diocese. Na reunião mensal do presbitério de dezembro alguns padres contaram que tinham recebido cartas anônimas e telefonemas anônimos contra mim. Sempre as mesmas ofensas e calúnias. Nessa ocasião adverti aos padres para a campanha que se esboçava claramente e pedi que me comunicassem qualquer novidade. Vários indícios apareceram nos dias seguintes. Até que no dia 20 de dezembro a escalada conseguiu o auge do seu ódio destruidor: uma bomba explodiu o Sacrário da catedral. [...]

Pessoalmente eu gostaria de silêncio. O silêncio da dignidade ofendida. O silêncio de um perdão total. O silêncio do sofrimento. Mas o que aconteceu não atinge somente a minha pessoa. Atinge a diocese de Nova Iguaçu e, no seu ato final — a explosão de uma bomba na catedral —, atinge toda a Igreja Católica (A Folha, ano 8, n. 411, 2 de março de 1980, p. 4).

Dessa forma, ao adentrarmos no período de abertura política, e tendo Dom Adriano Hypólito já enfrentado inúmeros embates políticos locais, o bispo vai ocupar uma coluna semanal do principal jornal da cidade de Nova Iguaçu, na qual discutirá temas eclesiais, sociais e políticos. Conforme veremos adiante, a sua trajetória religiosa e política pretérita, particularmente no que diz respeito à opção pelos pobres e às críticas à ditadura e aos problemas econômicos da região, influenciará fortemente suas reflexões no jornal *Correio da Lavoura* nos momentos finais do regime militar.

Dom Adriano e a coluna “Nossa diocese” no Correio da Lavoura

Dom Adriano Hipólito teve uma relação estreita com a imprensa escrita, seja como leitor de jornais, seja com autor de artigos publicados em periódicos da Igreja ou da sociedade. Um exemplo bastante ilustrativo da importância dispensada pelo bispo aos jornais pode ser visto na casa em que morou em Nova Iguaçu, a qual no momento se encontra em um lento processo de transformação em museu e arquivo com os documentos que foram por ele produzidos. Entre os vários papéis existentes, podemos ver uma coleção de cerca de 120 caixas de papelão divididas por temas. Dentro de cada uma delas, há cerca de 150 recortes de jornais variados sobre determinado assunto¹⁶. De acordo com informações obtidas com o responsável pela casa, Antônio Lacerda de Menezes, que conviveu com o bispo, Dom Adriano lia de três a cinco jornais diariamente e recortava as notícias que julgava importantes. Em seguida, os recortes eram entregues à secretaria da Cúria Diocesana, que os organizava na forma dos referidos dossiês temáticos. O material, por sua vez, era usado pelo próprio Dom Adriano como subsídio para a escrita de seus próprios textos, que eram publicados nos veículos da Igreja¹⁷.

¹⁶ Sobre o acervo construído por Dom Adriano, ver Leite (2014).

¹⁷ Sobre a relação de Dom Adriano com a imprensa, ver o documentário *Fé. E luta: Igreja Católica e ditadura militar* em Nova Iguaçu, produzido pelo Centro de Documentação e Imagem (CEDIM). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLB4NpQtnWY>. Acesso em 28/1/2024. Sobre o arquivo de Dom Adriano, ver Leite (2014).

Se buscarmos na trajetória do bispo na diocese de Nova Iguaçu, veremos a importância dos periódicos em seu trabalho pastoral. Em 1969, ele foi responsável pela criação do *Boletim Diocesano da Diocese de Nova Iguaçu*. A proposta era para que, através da informação, pudesse “formar, informar e atualizar as mentalidades segundo o espírito do Concílio Vaticano” na Baixada Fluminense, uma “área problema” (PROGRAMA, 1969, p. 1).

Em 1972, foi a vez da criação da *A Folha*, que inovava ao acrescentar em seu conteúdo questões sociais e políticas, além da já tradicional leitura litúrgica das missas dominicais. Para Dom Adriano, *A Folha* nascia com

[...] a pretensão de promover a boa comunicação dentro de nossa diocese de Nova Iguaçu. Nós vivemos à margem do Rio de Janeiro em muitos, em quase todos os sentidos. No terreno da informação e comunicação, apesar dos esforços heroicos de alguns pioneiros, continuamos a orbitar em torno do que acontece na Guanabara do que a Guanabara jogou em cima de nós (HYPÓLITO, 1972, p. 1).

Diria ainda que o dominical

[...] pretende aparecer semanalmente, para servir de subsídio litúrgico às nossas comunidades cristãs, na celebração da eucaristia; e também, principalmente, para ajudar a abrir uma janela de reflexão em nosso mundo da Baixada, onde a vida é problemática e por vezes aparentemente sem saída (IDEM)

Já em 1977, Dom Adriano foi responsável pela criação de outro periódico, o *Informativo Interno da Mitra Diocesana*. Na justificativa para a nova publicação, mais uma vez era ressaltado o papel da comunicação no trabalho pastoral:

Nossa diocese tem dois informativos oficiais: O Boletim e A Folha. Não bastam? Por que mais um novo INFORMATIVO? [...]. Nossos dois órgãos precisam ser completados. Precisamos de mais comunicação dentro da diocese, entre as paróquias, entre os movimentos, entre os

agentes de pastoral [...] (HYPÓLITO, Adriano. Editorial. *Informativo Interno da Mitra Diocesana*, n. 1, 1977, p. 1)

Por fim, em 1982, Dom Adriano Hypólito iniciou, no jornal *Correio da Lavoura*¹⁸, a coluna “Nossa Diocese”, na qual problematiza o motivo da criação dessa nova forma de comunicação: “Podemos perguntar: se já temos três órgãos oficiais, para que mais esta meia página de o *Correio da Lavoura*? Por que o *Correio da Lavoura*?” (p. 3). E a resposta oferecida pelo bispo, conforme vimos argumentando neste texto, ressalta a importância da comunicação como forma de conscientização pastoral e política. Para Dom Adriano, os três órgãos oficiais já existentes, cada um deles de uma forma, atendia às necessidades internas da diocese, o que o levou a pensar em “um outro tipo de comunicação” (p. 3). Considerando a falta de recursos e de pessoal para a criação de um jornal próprio, decidiu por um contrato com o *Correio da Lavoura*, “que é um jornal tradicional de nossa comunidade”, e que “através de muitas vicissitudes se tem conservado, já por 64 anos (fiel aos interesses do Povo, que sempre tem dado cobertura aos acontecimentos da Diocese)” (p. 3). Sobre os objetivos específicos da coluna, afirmava que

[...] sem a pretensão de dominar. Apenas no imenso desejo de servir. A Diocese de Nova Iguaçu sente-se Igreja que, na linha de Jesus Cristo, segundo o exemplo de Nossa Senhora, procura opção consciente pelos pobres. Dizer opção pelos pobres é o mesmo que dizer opção pelo Povo. Sim, queremos servir. E por isto queremos também identificarmos, da melhor maneira possível, com os pobres, com o Povo. (HYPÓLITO, 1982a, p. 3).

Ao analisarmos as reflexões de Dom Adriano na coluna “Nossa Diocese”, dois grandes temas aparecem em destaque: a necessidade de uma solução cristã para os problemas sociais e o trabalho de conscientização para o enfrentamento dos problemas

¹⁸ Mesmo não fazendo parte deste artigo a discussão propriamente da história do jornal *Correio da Lavoura*, vale registrar que esse é um periódico que apresenta características marcantes na história da Baixada Fluminense e do Brasil. Fundado em 1917 por uma família de jornalistas negros, o periódico funciona até os dias atuais, sendo um raro caso de jornal local com tamanha longevidade. Dessa forma, o jornal, além de uma fonte para história local, também pode servir para se discutir temas relacionados ao pós-abolição no país e às diversas configurações de famílias negras no Brasil após o fim da escravidão. Sobre o jornal, ver Alexandre (2020).

políticos na Baixada Fluminense. Em ambas as perspectivas, as intervenções do bispo através da imprensa, tanto internas quanto externas à igreja, são elementos importantes de seu pensamento e ação.

Um primeiro e recorrente tema nos textos de Dom Adriano são as relações entre os preceitos cristãos e a realidade social em que ele estava inserido. Em dezembro de 1982, ao tratar do período natalino e destacar a importância da “sagrada família” para as comemorações cristãs, sugere que o sofrimento dos trabalhadores da Baixada Fluminense, com seus baixos salários e péssimas condições de moradia, deve ser lembrado por todos os cristãos como um problema que foi enfrentado também por Jesus Cristo (Sagrada Família. Correio da Lavoura, 24 de dezembro de 1982, ed. 3432, p.3). Nesse mesmo sentido, na mensagem de Páscoa de 1983, o bispo faria um paralelo entre a agonia vivida por Jesus Cristo na cruz com os problemas dos moradores da Baixada Fluminense, tais como a violação crônica dos Direitos Humanos e a precariedade das estruturas sociais (Mensagem de Páscoa. Correio da Lavoura, 2 e 3 de abril de 1983, ed. 3445, p. 3). Por fim, a Campanha da Fraternidade de 1983, com o tema “Fraternidade, sim: violência, não”, ofereceu mais uma oportunidade ao bispo para denunciar os problemas da região, inclusive com a entrega dos dados estatísticos da Baixada Fluminense à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (HYPÓLITO, 1983a; HYPÓLITO, 1983b).

Outro tema relevante que encontramos nos textos escritos pelo bispo são os processos políticos pelos quais passava o país naquela conjuntura. Nesse caso, pelo menos quatro ocasiões são importantes para compreendermos os posicionamentos de Dom Adriano sobre as questões locais e nacionais: as eleições gerais de 15 de novembro de 1982, a campanha pelas Diretas Já, a eleição indireta de Tancredo Neves e a Constituinte.

As eleições de 1982, nas quais foram eleitos governadores, senadores, deputados estaduais e federais, marcaram fortemente o processo político do país no período da abertura. Apesar dos casuísmos criados pelo governo ditatorial de João Figueiredo, como a imposição do voto vinculado (que obrigava os eleitores a votarem no mesmo partido para todos os cargos em disputa), o pleito ocorreu em clima de relativa liberdade, já contando com a participação de agremiações como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nessa ocasião, Dom Adriano esclarece que o fato de a diocese não ter candidatos não o impede de pedir que os eleitores da Baixada Fluminense não se abstenham de votar; que escolham candidatos comprometidos com o povo e recusem a manipulação e compra de votos. Ao mesmo tempo, pede para que candidatos católicos sejam efetivamente comprometidos com as causas dos mais pobres. (HYPÓLITO, 1982b).

Na edição seguinte, o bispo continua a tratar do significado das eleições de 1982 como um “acontecimento histórico” e destaca que, enquanto perdurar os efeitos do regime militar e o povo não for uma prioridade, será necessário conviver com as ambiguidades e insegurança do sistema político. Por isso, mais uma vez, alerta para que a população da Baixada Fluminense apoie candidatos com interesses ligados ao povo e que desconfiem daqueles que fogem do debate democrático, como, por exemplo, os que se negam a conversar com os Movimentos Amigos de Bairro (HYPÓLITO, 1982c).

Após o resultado eleitoral, o bispo ainda diria que, diferentemente do que os detratores da igreja afirmavam, a diocese não tem relação com siglas eleitorais, mas sim compromisso com a conscientização política do povo. (HYPÓLITO, 1982d). Por fim, ainda sobre o pleito de 1982, o bispo ressaltaria que, uma vez os resultados computados e os políticos eleitos, seria necessária a continuidade da participação ativa do povo através dos sindicatos livres e das associações de bairro, para acompanhar e cobrar os mandatários; enfatizaria, ainda, que somente esse trabalho coletivo poderia trazer esperança por dias melhores na Baixada Fluminense (HYPÓLITO, 1983c). Ainda sobre a realidade socioeconômica da região, externaria sua posição em novembro de 1983 ao dizer que a Baixada era um local privilegiado no que diz sentido ao seu povo, “trabalhador, ordeiro, persistente e religioso”, mas as estruturas sociais, “lamentavelmente as falhas são escandalosas. Quase tudo funciona mal. Quer se trate dos municípios como de nossas instituições estaduais como enfim dos organismos federais” (HYPÓLITO, 1983d, p.3).

A campanha pelas eleições Diretas, em 1984, é um momento importante para a compreensão das ideias de Dom Adriano sobre o sistema político e a participação da população nesse processo. De um lado, a ditadura militar estava em seus momentos finais, o que possibilitava maior liberdade de exprimir seu pensamento; de outro lado, não se trata mais apenas da Baixada Fluminense, mas sim de um movimento que estava presente em todas as regiões do país. Diante dessa conjuntura, e considerando a atuação do bispo no decorrer das décadas de 1970 e 1980, parecia natural a sua intervenção no debate. E, para isso, ele escreveu um documento intitulado “Nossa Diocese: Carta de Dom Adriano sobre eleições diretas”, que deveria ser distribuído às comunidades eclesiais e às paróquias da diocese. Nessa coluna, Dom Adriano destaca que, diante dos movimentos populares em favor de eleições diretas, muitos lhe pedem orientação e esclarecimento sobre o tema. Ele afirma que seu ponto de vista se fundamenta na luz da fé e do Evangelho. Todavia, “não se trata de uma colocação político-partidária, mas de uma atitude política no sentido do bem-comum. Trata-se de aplicar certos dados da Fé à solução concreta para tentar descobrir o que é melhor para o nosso Povo nas circunstâncias atuais” (HYPÓLITO, 1984a, p.3).

Dom Adriano destaca alguns aspectos que o levaram a ser favorável às eleições diretas, que em seu ponto de vista é um instrumento de participação do povo no processo social. Em primeiro lugar, o povo quer participar porque tem consciência para eleger seus representantes e governantes. Em segundo lugar, apesar de todas as tentativas seculares de manipulação e marginalização, continua sendo o melhor elemento formador da pátria, que, “através de gerações, as elites dominantes não quiseram, não souberam ou não puderam resolver. Basta pensar na vergonha nacional que é a educação no Brasil” (HYPÓLITO, 1984a, 3, p.3).

Em terceiro lugar, as eleições diretas são um instrumento válido de participação cívica. Nesse sentido, Dom Adriano declara que

Aconselho, por isto, meus irmãos e irmãs da Diocese de Nova Iguaçu a darem **apoio às eleições diretas** na esperança de que o futuro presidente da República eleito pelo voto do Povo sintam-se comprometido com o Povo, assumam a causa do Povo, sem qualquer concessão ao elitismo que desfigura a vida nacional” [grifo do autor]. (HYPÓLITO, 1984a, 3, p.3).

Por fim, em quarto lugar, apoia as eleições diretas porque elas significam a integração total do povo, ressaltando que

[...] precisamos levar aos nossos governantes e representantes, em nível de Município, de Estado e de Federação, o nosso apoio quando atuarem a serviço do Povo, nossas sugestões, exigências e propostas quando procurarem planejar em favor do Povo e críticas quando esquecerem ou traírem as causas do Povo com preferência de grupos elitistas e privilegiados (IDEM).

A partir da derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para a presidência da República, Dom Adriano volta a analisar a situação política e defende a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, concordando com o posicionamento da Igreja. Ainda assim, não deixa de pontuar que, além da eleição direta, seria sempre importante insistir na participação do povo no processo político:

[...] A participação do Povo, deste Povo riquíssimo de valores que é o nosso (apesar das opiniões contrárias de largos segmentos das nossas elites dominantes), tem de ser alargada. Como? Lembro os sindicatos livres, capazes de assumir os interesses das diversas categorias, sem a tutela opressiva do Estado. Lembro as associações de moradores, como em Nova Iguaçu o MAB (Movimento de Amigos de Bairro). Lembro o fortalecimento dos municípios, como primeiras células político-administrativas da tradição luso-brasileira. Lembro as associações dos vários tipos, inclusive as associações religiosas dando, na força da Fé, uma orientação clara e segura para a participação política. E haverá, sem dúvida, outras formas de participação do Povo no processo social (HYPÓLITO, 1984b, p.3).

Com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, Dom Adriano acredita que nascia uma esperança no país, na medida em que o presidente eleito indicava com palavras claras a necessidade de integração do povo no processo eleitoral. (HYPÓLITO, 1985a). Além da vitória propriamente dita, a chegada de Tancredo à Presidência fez o bispo refletir sobre o processo mais amplo daquele momento da história política brasileira. Para ele, a vitória de Tancredo acena para o espírito da fórmula do regime democrático, que é o “governo do Povo, pelo Povo e para o Povo”, ideia essa que deveria funcionar como um ponto de referência ao funcionamento do sistema político. Evidentemente que o bispo compreende que, numa eleição indireta, as pessoas não estão sendo efetivamente consultadas, mas para ele a campanha pelas Diretas já foi uma clara demonstração de que o povo queria participar do processo político (HYPÓLITO, 1985b).

Nesse caminho, Dom Adriano torce para que no governo de Tancredo Neves haja a restituição do direito de participação do povo e espera que a Nova República traga progresso e intensificação dessa participação através de instrumentos como sindicatos livres e associação de moradores. Isso porque, em suas palavras,

De minha experiência pessoal (embora limitada) de bispo em contato direto com o Povo, tenho certeza de que é extraordinária a colaboração que o Povo – este Povo brasileiro, como é, na sua humildade, no seu abandono, na sua simplicidade – pode dar, uma colaboração que será vital

para a solução de todos os problemas cruciais de nossa Pátria (HYPÓLITO, 1985b, p.3).

Na segunda metade dos anos 1980, ao se iniciar o processo constituinte, podemos encontrar nos escritos de Dom Adriano a síntese de muitas de suas ideias sobre o sistema político, a Igreja e a participação política da população pobre da Baixada Fluminense e do Brasil. A ênfase do bispo continua sendo a necessidade de os religiosos estarem ao lado do povo na luta pelo direito de participação e melhorias das condições de existência. Sobre a nova Constituição, ele diria que ela era necessária para garantir “por muito tempo a ordem jurídica de nosso País e crie em nosso Povo instrumentos mais numerosos de participação democrática no processo social” (HYPÓLITO, 1985c, p.3). Sobre o papel da igreja nesse processo, ele afirmaria que a instituição

[...] durante muitos séculos fez coro com as elites, partilhou das manipulações do Povo pelas elites, deu o respaldo de sua autoridade às elites dominantes, nossa Igreja de uns vinte anos para cá, refletiu melhor sobre si mesma, sobre sua missão, sobre sua história e, no desejo de melhor seguir Jesus Cristo, aprendeu a despojar-se de poder, de influência elitista, para identificar-se com o Povo, para assumir como suas as grandes causas do Povo (HYPÓLITO, 1985c, p.3).

Em relação ao papel do povo no processo político brasileiro, Dom Adriano defenderia que nada é mais natural do que postular a participação popular na elaboração da nova Construção e que a futura Carta Magna “só terá a lucrar, se as comissões, encarregadas de elaborar e de instalar a Nova Constituição, se lembrarem também de consultar o Povo, se aproveitarem da experiência e das vivências que o Povo tem”. E, para avaliar suas propostas de participação popular na Constituinte, mais uma vez finaliza com seu próprio testemunho:

De minha experiência pastoral aprendi a valorizar e a aceitar a contribuição generosa e pura de nosso Povo. É certo: largas camadas do Povo brasileiro não têm a cultura oficial, a cultura das elites que pelas próprias elites foi elevada à categoria suprema e absoluta de cultura. Mas isto não quer dizer que a cultura popular, como a tem a grande maioria dos brasileiros, não seja capaz de dar contribuição válida à

planejada e esperada Constituição brasileira (HYPÓLITO, 1985c, p.3).

As análises e posicionamentos de Dom Adriano Hypólito trouxeram diversas reações de apoio, mas também contrárias às suas palavras e ações, de tal modo que ele enfrentou desde ataques diretos, com o sequestro de que foi vítima e da bomba colocada na Catedral, à desconfiança e oposição das elites locais e de parte dos fiéis. Ao comentar sobre as acusações de ser um “comunista” dentro da igreja, respondeu:

Quem me acusa de comunista pode estar de boa-fé. Mas de fato não sabe nada nem da essência da Igreja e do Cristianismo nem da natureza do Marxismo e do Comunismo. Mesmo se em algum momento de minha atuação houvesse, nos intérpretes e observadores, uma dúvida sobre se eu sou comunista – muita coisa em nossa maneira de ter certo grau de ambiguidade – bastaria alegar e alongar a observação para verificar muito depressa com toda a evidência, quem em meus pensamentos, em meus gestos, em minha atuação, não existe nada, absolutamente nada que seja marcado pela ideologia marxista. Tenho mesmo certeza de que, numa mudança política ou golpe de esquerda, eu, com todos os meus irmãos da CNBB, seria contado imediatamente entre os adversários a eliminar. Digo isto, reafirmando meu respeito e admiração pela coerência de Luís Carlos Prestes e de outros marxistas históricos que nunca traíram sua ideologia nem seus métodos para conquistarem o poder. Em seus fundamentos profundos, em seus métodos característicos, em seus objetivos concretos, nada há que permita confundir a mensagem de Jesus Cristo e mensagem de Marx. De outro lado, se respeito, nunca tive a menor simpatia, a menor inclinação para a ideologia marxista ou para a praxe comunista (HYPÓLITO, 1983e, p. 3).

Dom Adriano finaliza dizendo que “não será o medo de ser acusado de comunista ou marxista que me afastará em qualquer momento de minha fidelidade a

Jesus Cristo, à Igreja e, por isso mesmo, de meu serviço de bispo prestado aos irmãos pobres e oprimidos” (HYPÓLITO, 1983e, p.3).

Considerações finais

A trajetória de Dom Adriano Hypólito pode ser lida de diversas perspectivas, uma vez que, durante sua vida, ele atuou em vários espaços ecumênicos, políticos e sociais. A escolha que fizemos neste artigo foi discutir as suas intervenções políticas no período da redemocratização através do uso da imprensa, mais especificamente no jornal *Correio da Lavoura*.

Ao analisarmos os escritos do bispo no período de 1982 a 1985, alguns aspectos históricos se destacam. O primeiro deles é a importância dispensada por Dom Adriano ao uso dos periódicos como veículo privilegiado de ação política. Como vimos, além de leitor assíduo e colecionador de notícias sobre a Baixada Fluminense, ele foi responsável direto pela criação dos periódicos da diocese de Nova Iguaçu, além da manutenção de uma coluna própria, “Nossa Diocese”, publicada no jornal *Correio da Lavoura* e analisada neste artigo. No que diz respeito ao conteúdo, os temas de maior destaque são a importância de uma igreja voltada para os pobres, a denúncia das mazelas econômicas da Baixada Fluminense e a busca de uma conscientização para a participação política e a luta por direitos.

Em seu conjunto, o que vislumbramos no conteúdo analisado são o pensamento e ação de um bispo que parece ter sido radicalmente coerente com os ensinamentos do Concílio Vaticano II durante toda sua trajetória eclesial, mesmo após o questionamento da ideia de uma Igreja dos pobres no papado de João Paulo II. Evidentemente que no período estudado há outros bispos progressistas em atuação no Brasil, mas a atuação de Dom Adriano parece ter uma profundidade maior no que diz respeito à defesa das necessidades e atuação do povo como base de um cristianismo popular.

Possivelmente essa característica no pensamento e ação de Dom Adriano também esteja diretamente relacionada à sua inserção na Baixada Fluminense. Numa região historicamente marcada pela exclusão e pela violência, que chegou a ser considerada nos anos 1970 como a região mais violenta do mundo (SOUZA, 1980), talvez não existisse espaço para uma igreja que se contentasse apenas em atender aos anseios religiosos das elites, o que não diminui o papel individual que Dom Adriano Hypólito teve na defesa da população pobre no decorrer do período ditatorial.

Referências bibliográficas

A Folha, Ano 6, n. 302, 26 de fevereiro de 1978, p. 4.

- A Folha, Ano 8, n. 411, 2 de março de 1980, p. 4.
- A Folha, Ano 8, n. 415, 30 de março de 1980, p. 3.
- ALEXANDRE, M. L. B. da S; SALES, J. R. Centro de Documentação e Imagem: entre a pesquisa, o ensino e a divulgação científica. In: ROCHA, A. et al. (orgs.). *Cultura, política e território contemporâneo na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2022. p. 117-133.
- ALVES, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.
- AMBROZINO, Sônia *Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- AVELAR, A. de S. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, p. 157-172, 2010.
- BARRETO, A. S. Nas margens da política: trajetória, narrativa e mediação na Baixada Fluminense (RJ/Brasil). *Caderno de pesquisa CDHIS*, Uberlândia, n. 40, p. 17-32, 1. sem. 2009.
- BASTOS, G. S. *Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BERNSTEIN, C.; POLITI, M. *Sua Santidade: João Paulo II e a história oculta de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.
- Boletim Diocesano, n. 161, 1.º de junho de 1982; p. 3.
- CANTALEJO, M. H. de S. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar. 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ENNE, A. L. S. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2002.
- ENNE, A. L. S.. “Redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 1, n. 4, p. 6-27, 2013.
- FÉ E LUTA: *Igreja Católica e Ditadura Militar em Nova Iguaçu*. Documentário do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM). em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLB4NpQtnWY>. Acesso em 28/01/2024.
- FIGUEIREDO ASSIS, J. M., & C. F. ASSIS, M. E. Militância e Subjetividade: as influências da atuação religiosa e sócio-política de Dom Adriano Hypólito. Anais Dos Simpósios Da ABHR, 12(1), 2011. Recuperado de

<https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/166>. Acesso em 22/02/2024.

- GEIGER, P. P; SANTOS, R. L. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, a. 26, n.3. jul.-set. 1954.
- GOMES, A. S. *Conflitos de terra nos assentamentos rurais de Nova Iguaçu e a mediação das pastorais sociais no bispado de Dom Adriano Hypólito*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- GOMES, A. S. *Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito*. Curitiba: Editora Appris, 2017.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. A guinada da Igreja Católica à direita. *Revista Insight Inteligência*, Edição n.º 67, out. nov. dez. 2014. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-guinada-da-igreja-catolica-a-direita/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- HYPÓLITO, Adriano Candidatos, eleições e povo. *Correio da Lavoura*, de 13 e 14 de novembro de 1984b, ed. 3527, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano Democracia e participação *Correio da Lavoura*, de 16 e 17 de fevereiro de 1985b, ed. 3540, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano Depois das eleições. *Correio da Lavoura*, 11 e 12 de dezembro de 1982d, ed. 3430, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Campanha da Fraternidade 1983. *Correio da Lavoura*, 18 e 19 de fevereiro de 1983a, ed. 3439, p. 3;
- HYPÓLITO, Adriano. Carta de Dom Adriano sobre eleições diretas – para ser lida oportunamente na SS, Missas e distribuída às comunidades – *Correio da Lavoura*, 31 de março e 1º de abril de 1984a, ed. 3495, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Carta do bispo Dom Adriano Hypólito sobre as eleições do próximo dia 15 de novembro. *Correio da Lavoura*, 30 e 31 de outubro de 1982b, ed. 3424, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Editorial. *A Folha*, n. 1, 1972, p. 1.
- HYPÓLITO, Adriano. Editorial. *Boletim Diocesano*, n.º 117, de 1º de setembro de 1978, p. 1.
- HYPÓLITO, Adriano. Editorial. *Informativo Interno da Mitra Diocesana*, n. 1, 1977, p. 1.

- HYPÓLITO, Adriano. Eleições: um acontecimento democrático. *Correio da Lavoura*, 6 e 7 de novembro de 1982c, ed. 3425, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Nasce a esperança. *Correio da Lavoura*, de 19 e 20 de janeiro de 1985a, ed. 3536, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Nossa Diocese. A Folha, ano 6, n° 325, de 6 de agosto de 1978, p. 3.
- HYPÓLITO, Adriano. Nossa Diocese. *Correio da Lavoura*, 1982a, p. 3.
- HYPÓLITO, Adriano. O que esperamos. *Correio da Lavoura*, 22 e 23 de janeiro de 1983c, ed. 3435, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Pergunte ao Bispo. *Correio da Lavoura*, 12 e 13 de novembro de 1983d, ed. 3477, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Pergunte ao Bispo. *Correio da Lavoura*, 3 e 4 de setembro de 1983e, ed. 3467, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Povo e Constituição. *Correio da Lavoura*, de 13 e 14 de abril de 1985c, ed. 3547, p.3.
- HYPÓLITO, Adriano. Terminou a campanha da fraternidade? *Correio da Lavoura*, 9 e 10 de abril de 1983b, ed. 3446, p.3.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Resultados preliminares do recenseamento geral de 1950*. Estatísticas do século XX. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/_populacao1950acb_09_a_19.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.
- LEITE, B. F. *Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito*. Dissertação (mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LEITE, B. F. *Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito*. Dissertação (Mestrado profissional), Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil - 1916-1985*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- PEREIRA, W. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- PINHEIRO JUNIOR, J. da M. *A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

- RAMALHO, J. R. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RIBEIRO, A. M.; RIBEIRO, F. A. S. “Menor atenção das autoridades” versus maior produção acadêmica: novos estudos sobre os movimentos sociais na Baixada Fluminense durante a ditadura. *Recôncavo. Revista de História* da UNIABEU, Nova Iguaçu, v. 5, p. 72-93, 2015.
- ROCHA, A. S. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!”: problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo*, Nova Iguaçu, ano 3, n. 4, p. 1-22, 1. sem. 2013.
- ROCHA, A. S. *Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidade na composição territorial municipal*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ROCHA, A.; SALES, J.; AMARO, T.; SIMÕES, M. (org.). *Cultura, política e território contemporâneo na Baixada fluminense*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2022.
- RODRIGUES, A. O. *De Maxcambomba à Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SALES, J. R.; BRETAS, M.; MORAES, L. E. (org.). *História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política durante a ditadura militar no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- SALES, J.; FORTES, A. (orgs.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Salvador: Sagga, 2022.
- SERAFIM, Adriana da Silva. “Guerra do Riachão”: conflito religioso e disputa política na diocese de Nova Iguaçu (1982). In: SALES, J.; FORTES, A. (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prima, 2016. p.245-283.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. *Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu/RJ*. 1978. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_78003649_d0001de0001 (Arquivo Nacional). Acesso: 21/11/2023. E, no APERJ, ver: Prontuário Dom Adriano Hypólito. Número 6199. GB. Caixa 2225 (APERJ).
- SILVA, L. H. P. da. De recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo*, Nova Iguaçu, ano 3, n. 5, p. 47-63, 2. sem. 2013.
- SILVA, P. *Origem e trajetória do Movimento de Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

- SIMÕES, M. R. *Cidade estilbaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOARES, M. T. de S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 2, abr.-jun., 1962.
- SÓTENOS, A. F. *O surgimento do movimento Amigos de Bairros no Rio de Janeiro e a comunidade de informações no período de distensão política (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SÓTENOS, A. F.. A igreja vigiada: a visão da comunidade de informações sobre a atuação político-religiosa do bispo d. Adriano Hipólito. *Anais da VI Semana de História Política - III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade* Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- SOUZA, P. *A Maior Violência do Mundo: Baixada Fluminense*. São Paulo, Traço Ed., 1980.
- SOUZA, S. M. de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- SOUZA, M. S. de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.